



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

27/11/2015



ÍNDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	3
1.4. PROJETO JUSTIÇA INCLUSIVA.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
2.1. COMARCAS.....	5
2.2. DECISÕES.....	6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. PROJETO JUSTIÇA INCLUSIVA.....	8
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	9
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	10
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
7.2. PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	12
7.3. PROJETO JUSTIÇA INCLUSIVA.....	13

Cinco suspeitos de vandalismo em *Urbano Santos tiveram prisão decretada*

Cinco pessoas suspeitas de participar dos atos de vandalismo durante manifestação realizada pela população da Comarca de Urbano Santos, município maranhense distante 280Km da capital, tiveram suas prisões preventivas decretadas. Segundo as investigações, conduzidas pela Polícia Civil, elas teriam atentado contra os prédios públicos com motivos alheios aos da manifestação e teriam a finalidade de destruir processos e libertar criminosos. Quatro pessoas já foram detidas e encaminhadas para a Unidade Prisional de Chapadinha, a quinta continua foragida.

Uma portaria emitida pelo juiz Samir Mohana, titular da Vara Única, suspendeu todas atividades nos

dias 25 e 26, o que inclui o atendimento à população. O juiz ponderou que não se trata de uma ação da população, a qual classificou como ordeira, mas um crime cometido por uma minoria com motivação que está sendo investigada. Para ele, o maior prejudicado é o cidadão de bem, que recorre à Justiça para garantir o seu direito.

O magistrado informou que uma equipe da Engenharia do Tribunal de Justiça já está na cidade para avaliar a dimensão dos estragos, mas antecipou que o Fórum precisará passar por obras de reparo dos danos causados. O juiz também informou que deverá manter a suspensão dos prazos processuais até que a situação esteja normalizada, o que

deverá prejudicar aqueles que aguardam uma decisão dos seus processos.

Manifestação – A manifestação que levou centenas de pessoas à delegacia decorreu da prisão e possibilidade de transferência de um acusado de ter estuprado e assassinado uma criança de seis anos naquele município. A menina teria desaparecido no último sábado (21) e só foi encontrada no dia seguinte, em um matagal próximo da residência dos pais, ainda com vida. Apesar dos esforços para salvar a criança, ela faleceu a caminho do hospital. O crime teve grande repercussão e comoveu todo o Estado.

A prisão do suspeito aconteceu nessa terça-feira (25) e ele foi levado, junta-

mente com testemunhas, para depor na delegacia da cidade. Sabendo da prisão, a população se deslocou para a porta da unidade policial, onde passou a reivindicar a entrega do suspeito do crime. Em meio a manifestação estariam pessoas com outros interesses e teriam incitado a população a depredar os prédios públicos. De acordo com o juiz, durante o confrontamento, vândalos arremessaram pedras e rojões. Também houve disparos de arma de fogo.

Danos – Foram identificadas avarias em portas internas, quebraram o telhado, janelas, portas de vidro, recepção, secretaria, salas e Salão do Júri. Alguns processos foram danificados e deverão passar por processo de recuperação.

Padrasto que matou enteado será julgado pelo *Tribunal do Júri*

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar, determinando que Wellington Silva seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri daquela comarca.

Ele espancou seu enteado, Luis Antonio Ferreira Vieira, de apenas 2 anos de idade, causando-lhe graves ferimentos que levaram o menor a óbito. A vítima chegou a ser socorrida e encaminhada para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

O crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2013, na cidade de São José de Ribamar. De acordo com a acusação, o motivo teria sido porque o réu não aceitava o fim

do relacionamento com a mãe da vítima, passando a agredi-lo fisicamente o menor.

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, explicou que, para pronunciar o acusado, não há necessidade de provas cabais. De acordo com o magistrado, a comprovação irrefutável é exigida para a condenação perante o Tribunal do Júri, mas não para a sentença de pronúncia, sendo, neste último caso, suficientes a comprovação da materialidade delitiva, além dos indícios de autoria.

No julgamento, o voto do relator foi acompanhado pelos demais desembargadores membros da 1ª Câmara Criminal do TJMA.

Regularização fundiária em Miranda do Norte *a partir do próximo dia 11*

No próximo dia 11 de dezembro, uma audiência pública que acontece às 16h, na Igreja Católica (Centro) de Miranda do Norte dá início à regularização fundiária no município maranhense. O início do trabalho foi definido em reunião ocorrida na manhã desta quinta-feira (26), no gabinete da juíza auxiliar da

Corregedoria Geral da Justiça Oriana Gomes, à frente do Projeto de Regularização Fundiária da instituição, e da qual participaram o prefeito do município, José Lourenço Bonfim Júnior, vereadores e cartorária de Miranda do Norte.

A audiência tem por objetivo definir a estratégia de trabalho para a re-

gularização fundiária em Miranda do Norte, projeto a ser realizado através da parceria da Corregedoria com a Prefeitura, Câmara de Vereadores e cartório do município.

Desde o início da atual gestão, o projeto de regularização fundiária da Corregedoria Geral da Justiça já beneficiou moradores dos

municípios de Santa Inês, Urbano Santos, Anajatuba, Caxias e Pindaré-Mirim. Em São Luís, o projeto atendeu aos bairros da Cidade Olímpica e Cidade Operária.

Em Rosário, uma audiência pública que acontece no próximo dia 1º de dezembro dá início aos trabalhos de regularização fundiária no município.

TJMA promove inclusão social de surdos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) firmou parceria com a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), para que associados da entidade possam trabalhar na digitalização de processos judiciais.

O projeto "Justiça Inclusiva" foi lançado nesta quarta-feira (25), pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, com a participação do desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação e Jurisprudência; do diretor geral do TJ, Hebert Leite; do chefe da divisão de acervo judicial e histórico, Christofferson Oliveira e do chefe da divisão

de acervo administrativo, Francisco Franco.

A presidente do TJ informou que esse projeto foi inspirado em iniciativa semelhante do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "É importante destacar também que a parceria beneficiará os surdos, com a oportunidade de trabalho e inclusão social, e o Poder Judiciário, porque será menos oneroso do que contratar uma empresa para fazer o mesmo serviço", disse a desembargadora.

Pela parceria, cerca de 80 surdos poderão trabalhar, na medida da necessidade, no apoio nas tarefas de preparação, higieniza-

ção, digitalização, indexação, conferência, armazenamento e disponibilização em mídia digital. O serviço funcionará em uma das salas do arquivo, onde será realizado o trabalho de digitalização de 150 mil processos do 2º grau de jurisdição, já transitados em julgado e arquivados, a partir do ano de 1970.

Para o diretor de informática do TJMA, Jorge Oliveira, essa iniciativa, além de ampliar o acesso ao acervo processual, também viabilizará sua consulta de forma mais rápida e mais célere, auxiliando na preservação dos documentos originais por reduzir o seu manuseio,

o que, certamente, favorecerá o desenvolvimento das atividades de pesquisa e o atendimento das demandas de informação, tanto do público interno, como do externo.

DIGITALIZAÇÃO - O arquivo do Tribunal foi equipado com computadores e scanners - equipamentos utilizados para produzir a versão digital dos documentos. Vinte e cinco surdos vão trabalhar na digitalização, divididos em dois turnos, com o auxílio da intérprete de libras Angelina Freitas. O trabalho deve começar a partir de 1º de dezembro, após um treinamento com os digitalizadores.

URBANO SANTOS

Suspeitos de vandalismo tem prisão decretada

Cinco pessoas suspeitas de participar dos atos de vandalismo durante manifestação realizada pela população da Comarca de Urbano Santos, município maranhense distante 280Km da capital, tiveram suas prisões preventivas decretadas. Segundo as investigações, conduzidas pela Polícia Civil, elas teriam atentado contra os prédios públicos com motivos alheios aos da manifestação e teriam a finalidade de destruir processos e libertar criminosos. Quatro pessoas já foram detidas e encaminhadas para a Unidade Prisional de Chappadinho, a quinta continua foragida.

Uma portaria emitida pelo juiz Samir Mohana, titular da Vara Única, suspendeu todas atividades nos dias 25 e

26, o que inclui o atendimento à população. O juiz ponderou que não se trata de uma ação da população, a qual classificou como ordeira, mas um crime cometido por uma minoria com motivação que está sendo investigada. Para ele, o maior prejudicado é o cidadão de bem, que recorre à Justiça para garantir o seu direito.

O magistrado informou que uma equipe da Engenharia do Tribunal de Justiça já está na cidade para avaliar a dimensão dos estragos, mas antecipou que o Fórum precisará passar por obras de reparo dos danos causados. O juiz também informou que deverá manter a suspensão dos prazos processuais até que a situação esteja normalizada, o que deverá prejudicar aqueles

que aguardam uma decisão dos seus processos.

Manifestação - A manifestação que levou centenas de pessoas à delegacia decorreu da prisão e possibilidade de transferência de um acusado de ter estuprado e assassinado uma criança de seis anos naquele município. A menina teria desaparecido no último sábado (21) e só foi encontrada no dia seguinte, em um matagal próximo da residência dos pais, ainda com vida. Apesar dos esforços para salvar a criança, ela faleceu a caminho do hospital. O crime teve grande repercussão e comoveu todo o Estado.

A prisão do suspeito aconteceu nessa terça-feira (25) e ele foi levado, junta-

mente com testemunhas, para depor na delegacia da cidade. Sabendo da prisão, a população se deslocou para a porta da unidade policial, onde passou a reivindicar a entrega do suspeito do crime. Em meio a manifestação estariam pessoas com outros interesses e teriam incitado a população a depredar os prédios públicos. De acordo com o juiz, durante o confronto, vândalos arremessaram pedras e rojões. Também houve disparos de arma de fogo.

Danos - Foram identificadas avarias em portas internas, quebraram o telhado, janelas, portas de vidro, recepção, secretaria, salas e Sala do Júri. Alguns processos foram danificados e deverão passar por processo de recuperação.

Acusado de matar enteado será julgado pelo Júri

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar, determinando que Wellington Silva seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri daquela comarca.

Ele espancou seu enteado, Luis Antonio Ferreira Vieira, de apenas 2 anos de

idade, causando-lhe graves ferimentos que levaram o menor a óbito. A vítima chegou a ser socorrida e encaminhada para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

O crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2013, na cidade de São José de Ribamar. De acordo com a acusação, o motivo teria sido porque o

réu não aceitava o fim do relacionamento com a mãe da vítima, passando a agredi-lo fisicamente o menor.

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, explicou que, para pronunciar o acusado, não há necessidade de provas cabais. De acordo com o magistrado, a comprovação irrefutável é exigida para a

condenação perante o Tribunal do Júri, mas não para a sentença de pronúncia, sendo, neste último caso, suficientes a comprovação da materialidade delitiva, além dos indícios de autoria.

No julgamento, o voto do relator foi acompanhado pelos demais desembargadores membros da 1ª Câmara Criminal do TJMA.

Vem aí a primeira edição do Balcão de Renegociação de Dívidas. O evento vai acontecer no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, do dia 30 deste mês a 4 de dezembro.

A iniciativa é do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Núcleo de Conciliação (Nupemec/TJMA), com o apoio de associações empresariais. Na ocasião empresas e consumidores irão renegociar suas pendências - que não são poucas.

PARCERIA

TJMA promove inclusão social de surdos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) firmou parceria com a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA), para que associados da entidade possam trabalhar na digitalização de processos judiciais.

O projeto "Justiça Inclusiva" foi lançado nesta quarta-feira (25), pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, com a participação do

desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação e Jurisprudência; do diretor geral do TJ, Hebert Leite; do chefe da divisão de acervo judicial e histórico, Christofferson Oliveira e do chefe da divisão de acervo administrativo, Francisco Franco.

A presidente do TJ informou que esse projeto foi inspirado em iniciativa semelhante do Su-

perior Tribunal de Justiça (STJ). "É importante destacar também que a parceria beneficiará os surdos, com a oportunidade de trabalho e inclusão social, e o Poder Judiciário, porque será menos oneroso do que contratar uma empresa para fazer o mesmo serviço", disse a desembargadora.

Pela parceria, cerca de 80 surdos poderão trabalhar, na medi-

da da necessidade, no apoio nas tarefas de preparação, higienização, digitalização, indexação, conferência, armazenamento e disponibilização em mídia digital. O serviço funcionará em uma das salas do arquivo, onde será realizado o trabalho de digitalização de 150 mil processos do 2º grau de jurisdição, já transitados em julgado e arquivados, a partir do ano de 1970.

JUSTIÇA

Homem que matou enteado vai a júri

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar, determinando que Wellington Silva seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri daquela comarca.

Ele espancou seu enteado, Luis Antonio Ferreira Vieira, de apenas dois anos de idade, causando-lhe graves ferimentos que levaram o menor a óbito. A vítima chegou a ser socorrida e



**Data em que ocorreu
o crime na cidade de
São José de Ribamar**

encaminhada para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

O crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2013, na cidade de São José de Ribamar. De acordo com a acusação, o motivo teria sido porque o réu não aceitava o fim do relacionamento com a mãe da vítima, passando a agredir fisicamente o menor.

O relator do processo, desembargador Raimundo Melo, explicou que, para pronunciar o acusado, não há necessidade

de provas cabais.

De acordo com o magistrado, a comprovação irrefutável é exigida para a condenação perante o Tribunal do Júri, mas não para a sentença de pronúncia, sendo, neste último caso, suficientes a comprovação da materialidade delitiva, além dos indícios de autoria. No julgamento, o voto do relator foi acompanhado pelos demais desembargadores membros da 1ª Câmara Criminal do TJMA.

Corregedoria deflagra regularização fundiária em Miranda do Norte

No próximo dia 11 de dezembro, uma audiência pública que acontece às 16h, na Igreja Católica (Centro) de Miranda do Norte dá início à regularização fundiária no município maranhense. O início do trabalho foi definido em reunião ocorrida na manhã desta quinta-feira (26), no gabinete da juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Oriana Gomes, à frente do Projeto de Regularização Fundiária da instituição, e da qual participaram o prefeito do município, José Lourenço Bonfim Júnior, vereadores e cartorária de Miranda do Norte.

A audiência tem por objetivo definir a estratégia de trabalho para a regularização fundiária em Miranda do Norte, projeto a ser realizado através da parceria da Corregedoria com a Prefeitura, Câmara de Vereadores e cartório do município.

Desde o início da atual gestão, o projeto de regularização fundiária da Corregedoria Geral da Justiça já beneficiou moradores dos municípios de Santa Inês, Urbano Santos, Anajatuba, Caxias e Pindaré-Mirim. Em São Luís, o projeto atendeu aos bairros da Cidade Olímpica e Cidade Operária.



Reunião define início da regularização fundiária em Miranda do Norte

Em Rosário, uma audiência pública que acontece no próximo dia 1º de de- zembro dá início aos tra- lhos de regularização fundiária no município.

Cururupu

Audiência de conciliação é feita por meio do aplicativo WhatsApp

Uma audiência de família resolvida de forma inusitada ocorreu na comarca de Cururupu, durante a Semana Nacional de Conciliação. Diante da ausência do requerido, que não pôde ser intimado por residir atualmente na cidade de São Paulo e não ter condições econômicas de arcar com os custos de uma viagem, o juiz Douglas da Guia entrou em contato, durante a audiência, com o pai da criança pelo WhatsApp. Ao informar da situação do processo e a

importância da realização de um acordo em benefício do menor, o juiz obteve a proposta que foi prontamente aceita pela genitora/requerente e pelo Ministério Público. Após chegarem a esse acordo, o magistrado homologou a conciliação, pondo fim ao processo que tramitava há um ano.

“Foi um caso inusitado. Não tínhamos como prolongar mais a situação do caso em tela, em prol da mãe e da criança, e com a ajuda da tecnologia a gente conseguiu

chegar a um acordo imediato. Ficamos felizes com o resultado dessa conciliação”, destacou Douglas da Guia.

“Nós designamos 624 audiências para os cinco dias de evento, distribuídos entre Juizado Especial Civil, Juizado Especial Criminal, Alimentos, Divórcio e Investigação de Paternidade. A comarca contou com a adesão de todos os seus servidores como conciliadores, além de 2 voluntários externos, que permitiram a montagem de 8 (oito)

audiências simultâneas”, explicou Douglas da Guia. Em Cururupu, foram marcadas 624 audiências para a Semana Nacional da Conciliação, que teve início no dia 23 e segue até hoje (27). No primeiro dia, foram registradas 169 audiências, dentre as quais 86 resultaram em acordo. A soma total dos valores homologados alcançou a quantia de R\$ 72.552,46. Foram atendidas no primeiro dia 458 pessoas. (Ascom TJMA)

Miranda do Norte

Regularização fundiária do Município acontece a partir do próximo dia 11

No próximo dia 11, uma audiência pública, que acontece às 16h, na Igreja Católica (Centro) de Miranda do Norte dá início à regularização fundiária no

município maranhense. O início do trabalho foi definido em reunião ocorrida na manhã de ontem (26), no gabinete da juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, à

frrente do Projeto de Regularização Fundiária da instituição, e da qual participaram o prefeito do município, José Lourenço Bonfim Júnior, vereadores e cartorária de Miranda do Norte. A audiência tem por objetivo definir a estratégia de trabalho para a regularização fundiária em Miranda do Norte, projeto a ser realizado por meio da parceria da Corregedoria com a Prefeitura, Câmara de Vereadores e cartório do município. Desde o início da atual gestão, o

projeto de regularização fundiária da Corregedoria Geral da Justiça já beneficiou moradores dos municípios de Santa Inês, Urbano Santos, Anajatuba, Caxias e Pindaré-Mirim. Em São Luís, o projeto atendeu aos bairros da Cidade Olímpica e Cidade Operária. Em Rosário, uma audiência pública que acontece no dia 1º de dezembro dará início aos trabalhos de regularização fundiária no município.

(Ascom TJMA)

Inclusão social de surdos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) firmou parceria com a Associação dos Surdos do Maranhão (ASMA) para que associados da entidade possam trabalhar na digitalização de processos judiciais. O projeto "Justiça Inclusiva" foi lançado quarta-feira (25), pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire. Ela informou que o projeto foi inspirado em iniciativa semelhante do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "A parceria beneficiará os surdos, com a oportunidade de trabalho e inclusão social, e o Poder Judiciário, porque será menos oneroso do que contratar uma empresa para fazer o mesmo serviço", disse a desembargadora.

Cerca de 80 surdos poderão trabalhar, na medida da necessidade, no apoio nas tarefas de preparação, higienização, digitalização, indexação, conferência, armazenamento e disponibilização em mídia digital.